



2017/2084(INI)

25.10.2017

PARECER

da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar

dirigido à Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia

Acelerar o ritmo da inovação no domínio das energias limpas
(2017/0000(INI))

Relator de parecer: Stefan Eck

PA_NonLeg

SUGESTÕES

A Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar insta a Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

1. Reconhece que a União Europeia é um dos líderes mundiais e um dos maiores financiadores públicos das energias limpas; considera que a investigação e a inovação – onde foram investidos mais de 10 mil milhões de euros – são essenciais para apoiar a competitividade e a liderança da Europa a nível mundial em tecnologias energéticas avançadas e soluções de eficiência energética;
2. Considera que os cidadãos – enquanto consumidores, produtores e fornecedores – constituem o principal canal para a adoção, pela sociedade, de soluções inovadoras e hipocarbónicas, que têm um impacto considerável nos níveis de consumo de energia verde; portanto, insta a Comissão e os Estados-Membros a concentrarem mais esforços na tarefa de facilitar e reforçar o acesso dos cidadãos a tais soluções, nomeadamente a nível nacional e, em particular, a nível das comunidades; nesta ótica, apoia a intenção da Comissão de descarbonizar o parque imobiliário da UE até 2050, na medida em que é, por si só, responsável por mais de 40% da procura final de energia da União; manifesta a sua preocupação com os instrumentos e o apoio financeiro disponíveis para atingir este importante objetivo definido na comunicação da Comissão;
3. Congratula-se com o facto de a Comissão ter reafirmado a sua ambição de acelerar o processo de transição para uma economia hipocarbónica competitiva, apresentando uma estratégia global em matéria de incentivos para os investimentos privados, instrumentos financeiros adaptados e financiamento para a investigação e a inovação; a este respeito, congratula-se com a decisão da Comissão de investir mais de 2 mil milhões de euros da dotação total atribuída ao programa de trabalho do programa Horizonte 2020 para o período 2018-2020 na investigação e inovação em energias limpas, na eletromobilidade, na descarbonização do parque imobiliário e na integração das energias renováveis;
4. Destaca que a investigação e a inovação contribuem para tornar a Europa um lugar melhor para viver e trabalhar, promo-vendo a competitividade e fomentando o crescimento e a criação de emprego; observa que as ações destinadas a acelerar a inovação no domínio da energia limpa devem ser fortemente encorajadas, promovendo o investimento público e privado e a competitividade industrial da UE e mitigando o impacto social da transição para a energia limpa;
5. Salaria o papel fundamental que as políticas em matéria de clima e de energia limpa desempenham como motores da inovação na economia real; recorda que a imposição de normas e objetivos vinculativos contribuiu para a liderança da UE no domínio daecoinovação mas receia que – sem uma intensificação do nível de ambição atual da política relativa ao clima e à energia limpa – a UE já esteja a perder a sua posição de liderança no mercado das novas tecnologias e inovações conceptuais;
6. Constata que o aumento do financiamento para projetos de investigação implicará uma redução dos custos e reforçará a competitividade da indústria europeia de armazenamento de energia; incentiva os Estados-Membros a reunirem os seus recursos para a realização de projetos de grande dimensão em matéria de inovação hipocarbónica, a fim de melhorar

a cooperação entre as principais partes interessadas da investigação europeia; considera que será assim possível agilizar a coordenação dessas partes interessadas, tornando-as mais competitivas;

7. Salienta o potencial da captura e armazenamento de carbono (CAC) como solução inovadora para reduzir eficazmente as emissões resultantes da utilização de energias fósseis em processos industriais;
8. Recorda que a qualidade da regulamentação e a integridade do setor público são duas dimensões da governação pública que são de importância crucial para o investimento na inovação e nas infraestruturas em matéria de energias limpas; apoia uma aplicação mais intensa dos diferentes instrumentos financeiros para a utilização de soluções inovadoras de energias limpas, tanto por organizações públicas como privadas; constata as lacunas no financiamento privado das tecnologias inovadoras e incentiva uma melhor utilização dos recursos públicos, a fim de melhorar o investimento privado do exterior;
9. Salienta a importância da Agenda Urbana da UE e congratula-se com os desenvolvimentos políticos que conferem capacidade aos municípios e às regiões para efetuarem investimentos ecológicos, através dos quais conseguem criar sinergias; realça a importância do Pacto Global de Autarcas para o Clima e Energia, no quadro do envolvimento indispensável das autoridades locais e regionais na concretização da transição para uma economia descarbonizada;
10. Observa que os nossos mares e oceanos constituem uma enorme fonte de energia renovável, nomeadamente ao longo da orla marítima atlântica, tendo um importante potencial para se tornarem fontes importantes de energia ecológica; observa que as fontes marinhas renováveis de energia, designadamente o vento do largo e o próprio oceano, oferecem à UE oportunidades de fomentar o crescimento económico e criar emprego, reforçar a segurança do seu abastecimento energético e impulsionar a competitividade com a inovação tecnológica;
11. Salienta que os serviços públicos de abastecimento de água e saneamento de águas residuais consomem muita energia e também contribuem para as emissões de gases de estufa através das águas residuais não tratadas; constata a necessidade de promover políticas consistentes no âmbito da economia circular, em particular, relevando a importância crucial da relação energia-água, através do uso mais eficiente da água, da redução do consumo energético e do incentivo à disponibilização de materiais de valor para o mercado, da introdução de novos sistemas de automação, de sistemas de dados eficientes e acessíveis e ainda da inovação e das novas tecnologias;
12. Destaca a importância de garantir que, no futuro, uma transição hipocarbónica europeia será orientada para o interesse de todos, concentrando-se principalmente nas necessidades dos consumidores, das PME e dos serviços públicos; incentiva a contratação pública de soluções hipocarbónicas inovadoras;
13. Recomenda o incremento dos esforços de investimento na investigação e na inovação, na educação tecnológica e relacionada com a saúde dos alunos e dos estudantes e na cooperação no quadro do triângulo do conhecimento (ensino, ciência e empresas), nomeadamente em matéria de fontes de energia renováveis e de eficiência energética e do seu impacto no ambiente e na saúde dos cidadãos;

14. Considera que as políticas de água e de energia europeias devem estar articuladas, criando sinergias e uma maior integração com outros setores industriais, promovendo modelos de financiamento inovadores e utilizando mais energia renovável como substituto de energias fósseis no ciclo urbano da água, sem alterar a fiabilidade e eficiência dos processos;
15. Salienta que o ónus da degradação ambiental, da poluição atmosférica e dos custos de saúde resultantes da extração e combustão de combustíveis fósseis deve recair sobre todas as partes interessadas; considera que os subsídios aos combustíveis fósseis constituem um grande obstáculo para a inovação no domínio da energia limpa e insiste no redirecionamento desses recursos para o financiamento da inovação no domínio da energia limpa e da sua utilização; insta a Comissão e os Estados-Membros a desenvolverem conjuntamente um roteiro para a eliminação progressiva dos subsídios aos combustíveis fósseis até 2020, substituindo-os por subsídios adequados atribuídos a projetos de energia limpa nacionais e comunitários, com prazos rigorosos e resultados mensuráveis específicos por países;
16. Toma conhecimento do pacote «Energia limpa», apresentado pela Comissão em 30 de novembro de 2016, que introduz um enquadramento regulamentar para as fontes de energia renováveis e o mercado interno da energia, a fim de garantir a segurança do aprovisionamento e a eficiência energética na União Europeia para além de 2020; lamenta, no entanto, que este pacote mantenha os subsídios aos combustíveis fósseis e à energia nuclear e não defina regras para a internalização dos custos externos gerados por essas atividades;
17. Sublinha a importância das poupanças de energia e da eficiência energética no contexto da inovação no domínio da energia limpa; salienta que a eficiência energética deve ser tida em conta tanto em termos de produção de combustíveis/energia como da sua utilização;
18. Recorda o compromisso, assumido como parte do Acordo de Paris, de conservar e reforçar os sumidouros florestais e regista o reduzido potencial da bioenergia, já que a sua utilização pode ter consequências negativas para o clima e os serviços ecossistémicos e outros impactos ambientais;
19. Reconhece a importância do novo Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento assinado em Junho de 2017, que é uma visão e um quadro de ação comuns para a cooperação para o desenvolvimento, referentes à UE e aos seus Estados-Membros; assinala que, pela primeira vez, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e metas associadas a serem alcançados até 2030 são universalmente aplicáveis a todos os países, contando com o compromisso da UE de se situar na vanguarda de sua implementação; observa que este Consenso alinha a política de desenvolvimento da União com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e que assinala importantes medidas no domínio da energia sustentável e das alterações climáticas;
20. Reconhece a importância do tratamento do estrume, da biofermentação e da transformação de nutrientes para a economia agrícola e a transição energética na União e nos Estados-Membros, por exemplo, mediante a produção de gás, eletricidade e calor ecológicos e as poupanças de energia daí resultantes, a melhoria da qualidade do ar e dos solos e a redução de emissões daí resultantes;
21. Salienta que a pobreza energética atinge cerca de 54 milhões de cidadãos europeus (10,8%

da população da UE), os quais não conseguiram manter a sua casa adequadamente quente em 2012; insta a Comissão a promover de forma enérgica uma política de eficiência energética nos edifícios, uma vez que estes são o maior consumidor (40%) de energia na UE, apoiando a renovação dos edifícios tendo em vista o objetivo a longo prazo de descarbonização do parque imobiliário da UE, que é atualmente muito ineficiente.

**INFORMAÇÕES SOBRE A APROVAÇÃO
NA COMISSÃO ENCARREGADA DE EMITIR PARECER**

Data de aprovação	12.10.2017
Resultado da votação final	+: 55 -: 1 0: 3
Deputados presentes no momento da votação final	Marco Affronte, Pilar Ayuso, Zoltán Balczó, Catherine Bearder, Ivo Belet, Biljana Borzan, Lynn Boylan, Paul Brannen, Soledad Cabezón Ruiz, Nessa Childers, Birgit Collin-Langen, Miriam Dalli, Seb Dance, Mark Demesmaeker, Stefan Eck, José Inácio Faria, Karl-Heinz Florenz, Francesc Gambús, Elisabetta Gardini, Gerben-Jan Gerbrandy, Arne Gericke, Jens Gieseke, Julie Girling, Sylvie Goddyn, Françoise Grossetête, Andrzej Grzyb, Jytte Guteland, Jean-François Jalkh, Benedek Jávor, Karin Kadenbach, Kateřina Konečná, Urszula Krupa, Jo Leinen, Peter Liese, Norbert Lins, Rupert Matthews, Valentinas Mazuronis, Susanne Melior, Gilles Pargneaux, Piernicola Pedicini, Julia Reid, Daciana Octavia Sârbu, Annie Schreijer-Pierik, Renate Sommer, Ivica Tolić, Nils Torvalds, Adina-Ioana Vălean, Damiano Zoffoli
Suplentes presentes no momento da votação final	Herbert Dorfmann, Luke Ming Flanagan, Elena Gentile, Merja Kyllönen, Ulrike Müller, Christel Schaldemose, Bart Staes, Keith Taylor
Suplentes (art. 200.º, n.º 2) presentes no momento da votação final	John Howarth, Răzvan Popa, Sven Schulze

VOTAÇÃO NOMINAL FINAL NA COMISSÃO ENCARREGADA DE EMITIR PARECER

55	+
ALDE	Catherine Bearder, Gerben-Jan Gerbrandy, Valentinas Mazuronis, Ulrike Müller, Nils Torvalds
ECR	Mark Demesmaeker, Arne Gericke, Julie Girling, Urszula Krupa, Rupert Matthews
EFDD	Piernicola Pedicini
GUE/NGL	Lynn Boylan, Stefan Eck, Luke Ming Flanagan, Kateřina Konečná, Merja Kyllönen
PPE	Pilar Ayuso, Ivo Belet, Birgit Collin-Langen, Herbert Dorfmann, José Inácio Faria, Karl-Heinz Florenz, Francesc Gambús, Elisabetta Gardini, Jens Gieseke, Françoise Grossetête, Andrzej Grzyb, Peter Liese, Norbert Lins, Annie Schreijer-Pierik, Sven Schulze, Renate Sommer, Ivica Tolić, Adina-Ioana Vălean
S&D	Biljana Borzan, Paul Brannen, Soledad Cabezón Ruiz, Nessa Childers, Miriam Dalli, Seb Dance, Elena Gentile, Jytte Guteland, John Howarth, Karin Kadenbach, Jo Leinen, Susanne Melior, Gilles Pargneaux, Răzvan Popa, Christel Schaldemose, Daciana Octavia Sârbu, Damiano Zoffoli
VERTS/ALE	Marco Affronte, Benedek Jávor, Bart Staes, Keith Taylor

1	-
EFDD	Julia Reid

3	0
ENF	Sylvie Goddyn, Jean-François Jalkh
NI	Zoltán Balczó

Legenda dos símbolos utilizados:

+ : a favor

- : contra

0 : abstenções